

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2021 a 31/05/2021

Indexação: “queimada” or “incêndio florestal” or “incêndio”

Documento 1/4

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:24
Publ.: DCD - 05/05/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a postura desrespeitosa dos Ministros da Economia, Paulo Guedes, e do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em audiências públicas promovidas por Comissões da Casa. Retrocesso da política ambiental do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, venho a esta tribuna hoje para fazer um protesto contra esses Ministros - na verdade, eles não têm postura para serem chamados de Ministros - que têm comparecido a esta Casa.

Hoje, o Ministro do desemprego e da fome desrespeitou o povo brasileiro e desrespeitou os Parlamentares. Ontem, o Ministro - na verdade, é um "Desministro" - do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na Comissão de Meio Ambiente, teve a mesma atitude e não respondeu as questões pelas quais foi convidado a vir a esta Casa.

Eu quero passar alguns dados aos colegas Parlamentares. O Ministro Salles, com esta política antiambiental dele e do Governo Bolsonaro, não consegue explicar por que o orçamento do Ministério do Meio Ambiente é o menor em 21 anos. Ele não consegue explicar como o desmatamento tem aumentado: em 2019, 10 mil quilômetros quadrados; em 2020, 11 mil quilômetros quadrados; agora, no mês de março, 199% a mais do que em março do ano passado.

Lembro, caros colegas Parlamentares, que, quando o Presidente Lula assumiu o Governo, em 2003, o Brasil estava num patamar de 25 mil quilômetros quadrados de desmatamento. Ele implantou um programa de fiscalização e controle que diminuiu esse patamar para menos de 5 mil quilômetros quadrados, uma diminuição de 79% do desmatamento. Com isso, ele teve reconhecimento internacional e apoio da

cooperação internacional para desenvolver um conjunto de projetos de geração de trabalho e renda, em especial para as comunidades amazônicas, conservando a floresta em pé e incluindo as pessoas por meio do desenvolvimento.

Esse mesmo Ministro não conseguiu explicar também o aumento dos focos de incêndio. Lá atrás, o Brasil tinha cerca de 4.500 focos de incêndio por ano. No ano passado, só no Pantanal, houve 22 mil focos de incêndio, patrocinados pelo que temos de pior no agronegócio. Assim se instalou o Dia do Fogo. Na própria Comissão que tratou de queimadas em biomas, coordenada pela nossa Deputada Professora Rosa Neide, de Mato Grosso, a Polícia Federal disse que 95% desses focos de incêndio são criminosos. O Ministro não consegue explicar essas ações e vem desrespeitar os Deputados nesta Casa.

Peço que o meu pronunciamento seja repercutido no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Documento 2/4

29.2021.B	Sessão Outro Evento	04/05/2021-14:36
Publ.: DCD - 05/05/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da criação de CPI na Câmara dos Deputados para investigação dos crimes ambientais cometidos pelo Governo Jair Bolsonaro. Instalação da CPI da Pandemia no Senado Federal.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, esta Casa tem que cumprir com a sua missão e exercer a sua competência de fiscalizar o Poder Executivo.

Mais uma vez, venho à tribuna me manifestar a respeito da necessidade de abriremos uma CPI para investigar os crimes ambientais do Governo Bolsonaro. A destruição em curso no País praticada pelo Ministro Salles é grave. Destrói o meio ambiente; incentiva o desmatamento, as queimadas, a mineração em terras indígenas; pratica crimes postando-se acima das leis, achando que está protegido. Se ele age assim, com certeza age também a mando de alguém, sob a proteção de alguém.

Esta Casa não pode se furtar a debater um tema tão importante e tão

delicado não só para o País, mas para o mundo e para as nossas vidas.

Hoje o Senado investiga as causas de tantas mortes no Brasil pela COVID-19. Com certeza, o número de infectados e de mortos poderia ser bem menor se a política genocida do Governo não estivesse em curso. O Senado, agindo com a devida presteza, investiga. E esta Câmara, nesse caso, não age.

É preciso, no mínimo, que investiguemos aqui o que acontece com o meio ambiente. Tenho certeza de que podemos contar com os colegas que têm sensibilidade com a pauta e, mais do que isso, com aqueles que dizem ter compromisso com a vida nas suas cidades, nos seus Estados, com o seu público.

Quem diz nesta Casa, nesta tribuna, que quer a preservação ambiental, que tem compromisso com a defesa do meio ambiente, pode e deve assinar esse pedido de CPI. Essa é uma demonstração de independência, é uma demonstração de transparência, é uma demonstração de coragem, é uma demonstração de que os Deputados e as Deputadas vão exercer a sua função, sem nenhuma amarra, sem nenhuma submissão, diante do Executivo.

O Governo Bolsonaro teme as investigações. Diz-se corajoso, mas sabe que está cometendo atrocidades em diferentes áreas. Teme a CPI da COVID-19, no Senado, e com certeza teme uma CPI dos crimes ambientais, nesta Casa. E a Câmara dos Deputados não pode se furtar a cumprir com sua obrigação.

Obrigado, Presidente.

Documento 3/4

50.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/05/2021-22:08
Publ.: DCD 13/05/2021 -	- RODRIGO AGOSTINHO-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por 1 sessão, da votação do Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, sobre o disciplinamento do processo de licenciamento ambiental.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos problemas de licenciamento no Brasil? Claro que temos. Mas os problemas não serão resolvidos com este projeto de lei. Faltam servidores, falta estrutura técnica, falta banco de dados, faltam viaturas. O Brasil precisa fazer a lição de casa para o seu licenciamento funcionar, problema que não será resolvido com este projeto de lei.

Nossos órgãos ambientais estão desmontados. O Brasil tem uma biodiversidade rica, detém 12% da água do mundo. Então, as dificuldades para o licenciamento ambiental não serão resolvidas com mágica.

Este projeto acaba com as certidões de uso de solo dos Municípios. Isso é rompimento do pacto federativo. Ele ainda dispensa as outorgas; não trata dos indígenas que estão em terras sem a demarcação concluída; não trata dos quilombolas que não estão com as terras tituladas. O projeto tem problemas. Achar que a LAC, que deveria ser usada nas cidades, para resolver impacto local, funciona como solução mágica para o licenciamento neste País é manchar a imagem do Brasil.

A imagem do Brasil já é uma imagem ruim, com 1 milhão e 500 mil hectares de área desmatada por ano. Não adianta dizermos que temos um setor agro que faz a coisa certa, se continuarmos fazendo a coisa errada em outros temas. Não dá para ter solução mágica para duplicar rodovia, como está no art. 11. O projeto de lei tem problemas, sim. Isso precisa ser dito.

A nossa mineração mostrou, nos acidentes de Mariana, com 19 mortos, e de Brumadinho, com 272 mortos, que nós temos problemas sérios.

A terceira versão do relatório do Deputado Kim Kataguiri era muito razoável. S.Exa. veio aqui falar do licenciamento ambiental na Bahia. É uma vergonha. A Bahia está batendo recorde de desmatamento na Mata Atlântica e na Caatinga.

Os nossos órgãos ambientais não estão sendo capazes de enfrentar os desafios que nós temos. No Brasil, a questão ambiental é uma questão relevante, é uma questão séria.

E está em jogo a continuidade dos acordos comerciais do Brasil com outros países. Não estou falando de acordo novo, não, como o acordo do MERCOSUL ou o da entrada do Brasil na OCDE, que já estão na geladeira há tempos. Estou falando da manutenção de acordos que nós temos em vigor. Os países não aceitam mais comprar os produtos que estão na nossa prateleira.

Este projeto tem, sim, cheiro de queimada. Este projeto tem, sim, cara de desmatamento. Este projeto não vai ajudar a controlar o desmatamento. Não basta aumentar em alguns meses a pena para quem faz coisa errada. O art. 22 prevê, inclusive, a LAC, uma licença autodeclaratória para...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 4/4

57.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2021- CD 16:44
Publ.: DCD - 27/05/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.023, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento do critério de renda familiar per capita para acesso ao Benefício de Prestação Continuada - BPC. Denúncia de demolição e incêndio, por garimpeiros, de casas de mulheres da etnia munduruku, no Estado do Pará.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Plenário pela votação, já que todos votaram "sim".

O Benefício de Prestação Continuada é importante, é uma questão positiva para o País, principalmente para aqueles que estão mais vulneráveis.

Eu queria aproveitar o momento para fazer uma denúncia bastante grave que acabei de receber: mulheres indígenas munduruku, no Estado do Pará, tiveram suas casas destruídas, incendiadas, em represália às denúncias de garimpo ilegal que elas têm feito.

É imprescindível, Sr. Presidente, novamente, nós darmos atenção para os povos indígenas, que estão passando por ataques de violência em nosso País. É preciso dar um basta nessa violência. É preciso tomar providências imediatas para estabelecer a segurança, a integridade

física e a vida dos povos indígenas.
